



de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 47, § 1º, do Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93 e o art. 38, IV, do Decreto Estadual nº 45.902/2012;

2. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

2.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

2.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

2.3. Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

2.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

2.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

2.6. Prestação de serviço de baixa qualidade.

3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 1.

4. A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

5. As sanções relacionadas nos itens 1.3 e 1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:

5.1. Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

5.2. Apresentar declaração ou documentação falsa;

5.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

5.4. Não mantiver a proposta;

5.5. Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;

5.6. Comportar-se de modo inidôneo;

5.7. Cometer fraude fiscal.

6. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

7. As sanções relacionadas nos itens 1.3 e 1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.